

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE)

Representantes



Titular

José Marconi Medeiros de Souza
Vice-Presidente da CNC



Suplente

Antônio Everton Chaves Junior
Economista
Divisão Econômica (CNC)

(Compareceu)

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 23 de junho de 2021

Aproximadamente 140 pessoas participaram do encontro, o primeiro de 2021, a fim de apresentar as ações que vêm sendo elaboradas pelos Comitês.

Com a saída da então subsecretária de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato no Ministério da Economia (ME), Antonia Tallarida, do governo federal, a coordenação dos trabalhos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE) ficou sob responsabilidade de seu substituto na Secretaria, Michael William Dantas Lima. Conhecido no ME, onde atuou como assessor da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Dantas Lima se mostrou bastante interessado no que, segundo ele, o FPMPE necessita: a busca por resultados efetivos.

Os presentes foram informados de que o senador Jorginho Mello (PL-SC) não poderia comparecer por motivos de última hora. Contudo, devido ao papel que exerce, de um dos principais representantes das causas das MPE, seu nome foi citado várias vezes.

No início do cerimonial, Dantas Lima relacionou algumas prioridades da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe), considerando os efeitos da crise econômica e o atual momento, que seria de recuperação. Para isso, citou algumas medidas legislativas, enfatizou a necessidade do tratamento diferenciado e de melhorar o Portal do MEI, entre outras ações.

Ele destacou que é baixa a participação e integração das empresas de menor porte nas cadeias produtivas internacionais. Ou seja, que estas empresas possuem pequena representatividade no comércio exterior brasileiro.

O novo coordenador mencionou diagnósticos e algumas soluções que vêm sendo construídas, como a necessidade de ampliar o acesso ao crédito e, por outro lado, as

tentativas para a constituição do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, ação que já vem se desenrolando há algum tempo, mas que tem avançado.

Dantas Lima disse que existem barreiras estruturais a serem derrubadas, e que o governo trabalha tendo em mente a ideia de deixar que as micro e pequenas empresas (MPE) possam crescer.

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick, enalteceu o FPMPE, dizendo que a instância empurra para frente a agenda das MPE no País. Ele afirmou que vários ministérios estão envolvidos na agenda das empresas de menor porte, e que o Sebrae cumpre a função de servir com serviços às MPE, principalmente com serviços técnicos. Quick alertou para que as entidades, quando necessário, procurem o Sebrae, e manifestou integral apoio ao marco legal do reempreendedorismo.

Secretário especial adjunto do Ministério da Economia, Bruno Portela reiterou o papel do servidor público, colocando-se à disposição para conduzir ações para ser, neste sentido, um agente. Ele reforçou o papel do reempreendedorismo como política essencial para melhorar o ambiente de negócios para as MPE, além de dar uma segunda chance para os empresários que tiveram seus negócios fechados.

Portela reforçou a importância do papel do FPMPE graças à participação das entidades, ressaltando que a plenária mostrava a representatividade e a diversidade de opiniões e representações, afinal, havia mais de 140 presentes. Segundo ele, o governo foca ações em três eixos, basicamente: melhoria do ambiente de negócios; choque do investimento privado; e processos digitais.

Num segundo momento do encontro, as entregas foram apresentadas, como a cartilha de marcas e patentes, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), fruto do Comitê Temático (CT) de Formação e Capacitação Empreendedora. Outro tema explanado foi em respeito à moção de apoio para o aumento do número de atividades para os MEI, que dobraria: de quase 500 para perto de 1.000.

Coordenador do CT do Microempreendedor Individual (MEI), Ercílio Santinoni mencionou que o problema estava no enquadramento da legislação. Ele também informou que apenas 4% dos MEI possuem um empregado, e ampliar o número de funcionários iria atender muito pouco, então este não era o principal problema do MEI. Segundo Santinoni, a maior preocupação está em quando o microempreendedor individual superar o faturamento de R\$ 81 mil/ano e se tornar microempresa, tendo que pagar 4% de impostos, cerca de R\$ 300 o que significa seis vezes mais do que paga no MEI sem extrapolar o limite de faturamento.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez uma extensa apresentação a respeito do acompanhamento das iniciativas legislativas com o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 33/2020 (Marco Legal do Reempreendedorismo), fazendo um histórico e apresentando seu status e atuais problemas.

A sistemática da condução dos trabalhos nesta parte da plenária contemplou cada coordenador apresentando suas atividades principais.

Por fim, houve uma rodada para perguntas e respostas, respeitando o tema estabelecido para o encontro.

De efetivo, as expectativas quanto ao sucesso dos trabalhos em andamento, bem como a maturidade como o FPMPE vem sendo conduzido pelo governo, gerando esperanças para que muita coisa possa vir a se materializar.